



Semear *habitus* e cultura escolar: a Escola Doméstica de Macapá/AP (1951-1964)

* TATIANA PANTOJA OLIVEIRA

RESUMO

O presente estudo intitulado **Semear *habitus* e cultura escolar: a Escola Doméstica de Macapá/AP (1951-1964)** aborda o tema das relações entre o público e confessional na educação no ex-Território Federal do Amapá. A Escola Doméstica de Macapá, em seu período de existência (1951-1964), teve um grande destaque dentro da política de Governo do Território Federal do Amapá em relação à educação feminina. Tinha como público alvo meninas e jovens órfãs ou financeiramente vulneráveis e destinava-se como meta principal formar futuras donas de casa e mães de família, com sólida formação religiosa. Para isso, foi de suma importância a atuação da congregação religiosa do Instituto das Irmãs de Caridade das Santas Capitanio e Gerosa, que administrava a escola e exercia o magistério referente às disciplinas de Prendas Domésticas. Problemática de que forma a criação da Escola Doméstica de Macapá e a formação de sua cultura escolar esteve ligada aos interesses do público/confessional na educação para a assimilação de *habitus* pelas alunas. Tem, portanto, como objetivos de investigar a criação da Escola Doméstica e sua inserção dentro da política, como também identificar os elementos de sua cultura escolar e de que maneira ela contribuíam para a assimilação de *habitus* por parte das alunas. Sustenta a hipótese de que essa educação para as mulheres estava consoante ao projeto de Estado na tentativa de remodelar a sociedade por meio da moralização dos costumes e na reprodução de famílias cristãs, nas quais as mulheres seriam a principal base de sustentação, dando apoio ao marido com suas atividades no âmbito doméstico e de complementação de renda nas horas vagas como artesãs além de elevar o seu nível cultural, conjugando assim o desenvolvimento econômico e o sociocultural. No decorrer da pesquisa, ainda verificou-se que a referida escola ampliou a possibilidade de prosseguimento de estudos para o magistério. Foram pesquisados documentos no Arquivo Escolar como Relatórios de Atividades da Escola Doméstica, Atas de Resultados de Exames Finais, Avaliações de rendimento escolar, Históricos de alunas e [Cadernos de] notas e frequência das turmas, entre outros no arquivo escolar da ex-escola, além do jornal *Amapá*, que era órgão governamental. Procedeu-se a uma pesquisa qualitativa, com base na Análise de Conteúdo.

* Mestre em Desenvolvimento Regional pela Universidade Federal do Amapá (PPGMDR/UNIFAP). Especialista em História Social e Cultural da Amazônia. É professora de História da rede pública de ensino do Governo do Estado do Amapá. E-mail: tatiapantoja@gmail.com .



PALAVRAS-CHAVE: Estado. Igreja Católica. Educação Feminina. Cultura Escolar. Escola.

INTRODUÇÃO

O interesse da pesquisa gira em torno da criação da Escola Doméstica e a formação de sua cultura escolar, na ótica da política de Governo do Território Federal do Amapá em relação à educação feminina. A escola tinha como público alvo meninas e jovens órfãs ou financeiramente vulneráveis e destinava-se como meta principal formar futuras donas de casa e mães de família, com sólida formação religiosa, por meio da atuação das Irmãs do Instituto de Caridade das Santas Capitanio e Gerosa, garantindo assim a incorporação de *habitus*. O estabelecimento de ensino em questão era dirigido especificamente / atender ao público feminino tanto no regime de internato para meninas órfãs, quanto no de externato, para meninas e jovens desejosas de fazer um curso doméstico, favorecendo a divisão sexual do trabalho e a reprodução de famílias, esteio de uma nova sociedade.

1 Estado, Igreja Católica e a educação no Território Federal do Amapá

O Território Federal do Amapá (TFA) foi criado em 1943 como parte de uma estratégia de integração nacional de áreas distantes do centro de poder do País, implementada nos últimos anos do Estado Novo. Essa estratégia, conforme Silva (2011: 109), fazia parte de um “projeto nacional, que teria no Estado o seu idealizador e executor, e se voltaria, nos últimos anos da década de 30 e nos primeiros anos da década de 40, século XX, para a defesa da construção da nacionalidade brasileira.” Conjugava-se dessa maneira a integração e a nacionalização como face da mesma moeda, possibilitando ao Governo Federal intervir diretamente na região.

Tal intervenção se manifestava na escolha do governante do Território Federal. No caso do Amapá, a escolha do primeiro governador recaiu sob Janary Gentil Nunes em 1944, que veio assumir o cargo em início de 1945, levando vantagem na seleção em relação aos outros candidatos por conta de suas experiências militares no local (SANTOS, 2006). O Governo Janary Nunes orientava-se pelas premissas “Sanear, Educar e Povoar,” traçadas como política de Estado para as áreas de fronteira. Especificamente no campo educacional, o Governo Janary erigiu diversas escolas na capital, Macapá, e no interior.

Para Lobato (2009), muito mais que construir escola, estava subjacente aos planos de Governo construir um “homem novo.” Isso só seria conseguindo com o aumento do nível cultural do povo, a moralização dos costumes e a escolarização. No entanto, o sistema de ensino refletia as desigualdades sociais, reservando-se para as camadas sociais mais abastadas

o Ensino Secundário e para as de origem humilde, o Ensino Primário, como o meio suficiente para sua qualificação como mão-de-obra para a nascente indústria manganífera.

A ordenação social conseguida por meio dos empreendimentos particulares da ICOMI S.A, que explorava manganês no Território, como as *company towns* da Vila Amazonas, localizada em Santana, e da Vila de Serra do Navio, localizada no município de nome homônimo eram amplamente divulgadas como sinal de progresso do Amapá, de acordo com Paz (2014). A exploração do manganês proporcionava o desenvolvimento não apenas econômico do Amapá, envolvendo da mesma forma a reorganização da sociedade por meio de famílias solidamente constituídas e na divisão sexual do trabalho, onde o espaço doméstico era reservado às mulheres e o mundo do trabalho aos homens.

Uma das poucas áreas de acesso ao trabalho fora do lar para as mulheres era o magistério. Segundo Carvalho e Inácio Filho (2015), um lugar de excelência foi inaugurado para qualificar professores e regentes do Ensino Primário, tendo como alvo a juventude feminina: a Escola Normal, que depois veio a ser tornar o Instituto de Educação do Amapá.

Outra escola inaugurada voltada ao público feminino foi a Escola Doméstica de Macapá, na qual se capacitava meninas e moças para assunção de tarefas do lar e Prendas Domésticas. Foi feito um esforço conjunto entre Governo do Território Federal do Amapá (GTFA) e a Igreja Católica para que uma Ordem religiosa feminina católica se responsabilizasse pela direção e pelo ensino da escola, encargo assumido pelas missionárias do Instituto das Irmãs de Caridade das Santas Capitanio e Gerosa (o Instituto...), também conhecida como Irmãs de Nossa Senhora Menina, que aqui chegaram em 1951 especial para esse fim.

A Igreja Católica também foi atuante no campo educacional. Em processo de reestruturação no Amapá, a Igreja deu novo fôlego à ação pastoral com a substituição dos missionários da Congregação Sagrada Família pelos os do Pontifício Instituto das Missões (PIME), em 1948 (GHEDDO, 2000). O PIME realizou diversas obras sociais e preocupava-se em orientar o povo não somente nas questões da fé, mas também no sentido moral, diante de um ambiente cultural que considerava bastante degradado. Para atingir tais objetivos, utilizou-se de várias estratégias, entre elas a fundação do jornal *A Voz Católica* (AMAPÁ, Boletim O Ponteiro, 1996).

Outra estratégia empreendida foi a construção de escolas paroquiais. Os padres do PIME eram orientados a construírem escolas no lugar de anexos ornamentais como torres (AMAPÁ/Prelazia de Macapá. *Livro [do] Tombo*, [197-?]. Oliveira e Ferreira (2015) desenvolveram um estudo tratando do acordo tácito que passou a se convencionar entre a

Igreja Católica e o GTFA, no qual o primeiro entrava com a estrutura física da escola e o segundo com o corpo docente e manutenção.

2 Pistas da cultura escolar na Escola Doméstica de Macapá

Anteriormente à criação da Escola Doméstica de Macapá, pode ser imputado a existência de uma Escola de Prendas Domésticas, criada em 1944. Tal escola oferecia, segundo o jornal *Amapá*, dois tipos de aprendizado: para o ensino específico de Corte e Costura e para oficina de coser uniformes escolares. (AMAPÁ/[Jornal] Amapá, 13 set. 1950, p. 1). Embora a Escola Doméstica tenha sido fundada apenas em 6 de agosto 1951, em muitos documentos do Arquivo Escolar a data de inicial de criação é associada à Escola de Prendas Domésticas, como se fosse continuação daquela, mas com objetivos distintos, segundo o que se pode desprender em análise às fontes.

Em 1964, a Escola Doméstica foi extinta e reinaugurada com o nome de Ginásio Feminino. Para adaptar-se à Reforma do Ensino da Lei n. 5.692/71, que extinguiu o curso ginásial, a escola passou então a funcionar com a alcunha de Escola Irmã Santina Rioli, legitimada pelo Decreto de n. 30, de 28 de novembro de 1978, em homenagem a uma das pioneiras Irmãs do Instituto... que chegaram no Amapá.

A trajetória de sua existência enquanto Escola Doméstica, de 1951 a 1964, ficou marcada pela administração do Instituto das Irmãs de Caridade das Santas Capitanio e Gerosa, que se estabeleceu no Amapá a convite do bispo prelado D. Aristides Piróvano (LOBATO, 2009). No entanto, há registros de que os entendimentos entre D. Aristides, Superior Local do PIME e futuro bispo prelado de Macapá, e o Governador Janary Nunes para que uma congregação religiosa feminina viesse assumir a direção da escola foram estabelecidos bem antes, conforme correspondência trocada entre eles (ROMELLI, 2011), expondo assim a confluência de interesses do Estado e da Igreja Católica em torno da educação feminina.

As Irmãs do Instituto... ao chegarem no Amapá, trataram de fazer o possível para colocar em funcionamento a Escola Doméstica de Macapá, que ainda estava em construção. Os *Relatórios de Atividades da Escola Doméstica*, produzidos pela Superiora das Irmãs, que assumia o cargo de direção, são documentos importantes para a análise da inserção da escola à política de Estado traçada por Janary Nunes. Esses relatórios eram remetidos ao Diretor da Divisão de Educação, como exigência do próprio Governador para acompanhar as ações desenvolvidas e avaliar a sua eficácia.

Relativo ao ano de 1951, foram produzidos três Relatórios de Atividades. O primeiro deles, caracterizou a escola como de Ensino Profissional, com os seguintes objetivos: “a) formar as mulheres para competente direção do lar; b) prepará-las para o ensino das disciplinas que se especializarão durante a sua formação, acreditando sua competência mediante documento da escola.” (AMAPÁ/EDM. *Relatório de atividades...1951*, f. 2). Depreende-se aqui a inserção da Escola Doméstica dentro da política de Governo do Território Federal do Amapá.

A Escola Doméstica dedicava-se a uma educação para as mulheres voltada para o lar por meio do regime de internato. A escola também funcionava com cursos livres sob regime de externato, de presença facultativa, para ensinar às jovens e senhoras corte e costura, bordado, confecção de brinquedos e corte e costura.

As alunas do regime de internato eram capacitadas às atividades de Prendas Domésticas, conforme o programa curricular da escola, identificado nas *Atas de resultados dos exames finais, Fichas individuais de alunas, [Cadernos] de notas e frequência, Históricos escolares, Relatórios de atividades*, encontrados no acervo escolar da ex-Escola Doméstica. As Prendas Domésticas compunham-se de aulas de Corte e Costura, Bordado à mão, Bordado à máquina, Tricô e Crochê, Tecelagem, Culinária, Economia Doméstica e eram ministradas pelas Irmãs. Observa-se aqui a correspondência do programa aos objetivos expostos no Relatórios de Atividades... (1951). As alunas deveriam adquirir habilidades que as tornariam excelentes donas de casa e esteio da família, demarcando o lugar que a mulher deveria ocupar no seio da sociedade.

Além das aulas de Prendas Domésticas, pode-se verificar que as alunas também recebiam educação formal, com a ministração de aulas de Português, Matemática, Ciências, História, Geografia, Religião, Canto orfeônico, Desenho, Educação Física, ministradas por professoras leigas e até padres. A análise minuciosa desse programa foi realizada pela autora em sua dissertação de mestrado, como constituinte da cultura escolar da escola (OLIVEIRA, 2016).

O contato com a educação formal possibilitava às alunas um refinamento cultural. Manoel (1996), ao analisar a atuação de congregações católicas femininas em colégios e conventos em fins do século XIX no Brasil, observava sua articulação com o projeto de romanização da Igreja Católica, em que se visava articular as habilidades de dona de casa com um mínimo de conhecimento formal, muito mais para torná-las um ornamento, rechaçando a capacitação para o trabalho fora do lar. Ademais, a educação religiosa dedicada às jovens nesses colégios possibilitaria a recristianização da sociedade através da constituição de

famílias por mulheres cristãs, que encaminhariam os filhos para o Catolicismo, transmitindo a devoção religiosa.

Na décadas de 30 e 60 do século XX, ainda se encarava a liberalização feminina como uma grande vilã da moral e dos bons costumes e da sociedade. Contrapondo-se aos movimentos feministas, se apregoava a restrição das atividades das mulheres ao lar como salvaguarda de sua reputação e do próprio país. Posição essa defendida tanto pela Igreja Católica quanto pelo Estado, que entraram em sintonia de interesses no período apontado.

Nesse sentido, durante o Estado Novo, várias medidas foram tomadas como a formulação de “ ‘estatuto da família’, que dentre outras coisas, proibia o trabalho feminino e estabelecia uma censura rigorosa a todos os meios de expressão – cinema, cátedra, jornais.” (SCHWARTZMAN, 1986, p. 123). A atenção aos bons costumes e o cerceamento sobre as atividades femininas estavam na ordem do dia.

Além disso, foi elaborado o Plano Nacional de Educação de 1937, sob auspícios do Ministro de Educação Gustavo Capanema. O Plano preconizava especificamente para as mulheres:

“[...] O **ensino doméstico geral**, para meninas a partir dos 12 anos, e com três de duração (dois de formação, um de aperfeiçoamento) e **que dava, ao final, o ‘certificado de dona-de-casa;’** o **ensino doméstico industrial**, que visava preparar a mulher para a indústria ‘dentro e fora do lar,’ prevendo, assim, o **trabalho por encomenda;** e o **ensino doméstico agrícola**. Em todos os casos, **as diferenças destes cursos profissionalizantes femininos com os demais, destinados aos homens, era principalmente de sexo e função, e não tanto de saber. O ‘doméstico’ é claramente usado em substituição a ‘profissional.’** (SCHWARTZMAN; BOMENYV; COSTA, 2000, p. 202, grifo nosso).

Verifica-se que a definição de termo doméstico no Plano demarcava que o espaço caseiro era o lugar destinado às mulheres. Até quando não se rejeitava de todo a ideia do trabalho fora do lar, como se observa na ramificação do ensino doméstico, havia sempre a sua correlação com as habilidades consideradas mais precípuas à natureza feminina e não à sua competência profissional. A Escola deveria, dessa forma, favorecer à divisão sexual do trabalho, destinando ensino diferenciados para a juventude feminina,

O direcionamento dos interesses na educação feminina entre Igreja Católica e Estado convergiam. Igreja acabou ganhando batalhas importantes para que o ensino destinado às mulheres fosse diferenciada, justamente por compartilhar junto com o Estado da convicção de que as principais funções de uma mulher era a de mãe e de esposa. Dentro desse contexto, um dos grandes opositores a esse projeto foram os escolanovistas, que defendiam a coeducação entre os dois sexos, sem distinguir o tipo de ensino e de professores (VILHENA, 1992).

As vitórias da Igreja Católica podem ser apontadas não só no Plano Nacional de Educação de 1937, como ressaltado, mas de igual forma na Reforma Capanema que se seguiu nos anos de 1940. Constituiu-se em uma reforma na estrutura de ensino do sistema público de educação, imposta por cinco Decretos-lei, que instituíram: a Lei Orgânica do Ensino Secundário (BRASIL/Decreto-lei n. 4.244/1942), Lei Orgânica do Ensino Industrial (BRASIL/Decreto-lei n. 4.073/1942) a Lei Orgânica do Ensino Primário (BRASIL/Decreto-lei n. 8.529/1946), a Lei Orgânica do Ensino Normal (Decreto-lei n. 8.530/1946) e a Lei Orgânica do Ensino Agrícola (BRASIL/ Decreto-lei n. 9.613/1946).

A Reforma Capanema não previa cursos domésticos, mas ainda apresentava um nítido caráter sexista. Incluía-se aulas de Economia Doméstica e de Puericultura especificamente dirigidos às meninas e jovens no Ensino Primário e no Complementar, criando até mesmo possibilidade de existir turmas separadas por sexo no Ensino Secundário.

Apesar de não se prever o Curso Doméstico, como foi orientado no Plano Educacional de Educação de 1937, não existia nada de contrário à existência do mesmo. Schwartzman, Bomenyv e Costa (2000) apontaram que esse tipo de curso fora implementado especialmente por colégios dirigidos por ordens católicas femininas, com duração de 3 anos, para meninas a partir de 12 anos de idade. Por seu turno, Rodrigues e Marques (2007) se reportaram à existência de escolas ministrando curso idêntico para meninas na mesma faixa etária, mas discordando dos primeiros autores sobre a sua não equivalência ao Ensino Secundário.

A brecha na legislação possibilitou a criação da Escola Doméstica de Macapá. A especificidade dessa escola decorria do fato de ser uma escola pública, construída e mantida pelo GTFA, mas gerida por uma Congregação feminina, as Irmãs do Instituto... Na época, se divulgava no Jornal *Amapá* que não havia outra melhor instituição a cumprir as funções que a escola se destinava do que as diligentes Irmãs, muito elogiadas pela sua condução na escola. Muito mais do que um trabalho de filantropia, na Escola Doméstica se desenvolvia uma cultura escolar na qual as Irmãs criaram:

“ [...] condições homogêneas de existência para as jovens órfãs, de modo a incorporar um sistema de disposições que as tornariam no futuro boas esposas cristãs e mães dedicadas. Além do mais, tratava-se de implementar as práticas aprendidas na escola no desempenho profissional de ofícios associado como tipicamente femininos: costureiras, bordadeiras, artesãs, domésticas etc. Observa-se no jornal *Amapá* a sua inserção como parte integrante essencial na política de Governo janarista, de desenvolvimento social do Amapá, que recorria frequentemente à educação como uma das vias fundamentais de mudança da vida e de costumes da população. (OLIVEIRA, 2016, p. 181)

Imagem 1 – A diretora, mestras e alunas internas da Escola Doméstica de Macapá



Fonte: AMAPÁ. ESCOLA DOMÉSTICA: aprimorando a mulher amapaense para a nobre direção do lar. [Jornal] *Amapá*, n. 358, 25 jan. 1952. Seção 2, p. 4.

Averiguou-se na documentação analisada que a faixa etária das alunas do regime de internato da Escola Doméstica era bastante elástica, encontrando-se alunas com até 10 anos de idade até os 17 anos, embora fosse preferível os 12 anos para o ingresso. O Curso Doméstico oferecido tinha a duração de 3 anos, em seriação, sem a possibilidade de repetência, aceitando-se alunas do último ano do Ensino Elementar ou as que ainda iriam cursar o Curso Complementar. A capacidade máxima de acomodação de alunas eram de 40 matriculadas. Por isso, as alunas que eram reprovadas ao final do ano ou não adaptavam-se às normas da escola eram desligadas, abrindo-se assim a oferta de mais vagas para as novatas.

Ao final do curso, aconteciam cerimônias de formaturas com a presença de autoridades locais, nas quais as alunas recebiam o diploma de formação em Artes Domésticas. Nessas cerimônias, conforme os *Relatórios de Atividades...*, as melhores alunas de cada série podiam receber premiações em dinheiro e até mesmo um cargo de professoras na rede pública de ensino. Essas premiações em geral eram concedidas pelo próprio governador Janary Nunes e depois pelos seus predecessores no cargo.

A formação para o magistério não era competência da Escola Doméstica, todavia essa prática pode ser atribuída como um estímulo para que as alunas se dedicassem com mais afinco aos estudos e quem sabe ao prosseguimento posterior para a regência. Tornar-se professora era a única profissão socialmente aceita no período para as mulheres fora do espaço caseiro, considerando-se que não agredia a sua natureza feminina, que conjugava o seu papel como mãe e educadora (ALMEIDA, 1998)

Em vista disso, o programa das disciplinas foi modificado para permitir “às concluintes em Artes Domésticas probabilidades intelectuais, para a continuação de seus estudos na 3ª série do Curso Normal Regional da Escola Normal de Macapá” (AMAPÁ/ *Relatório de 1962*, f. 3). Tal modificação facilitava a entrada das alunas no curso que as qualificaria professor Regente do Ensino Primário, com a vantagem de ingressar no 3º ano do mesmo para a concluintes do Curso Doméstico. Mas a passagem de um curso ao outra só foi

respaldada um ano depois com a Portaria n. 213/63, encaminhada pelo Memorando n. 1755/1963 do Diretor da Divisão de Educação. (AMAPÁ/*Relatório de atividades...*, 1963, f. 4).

PALAVRAS FINAIS

A Escola Doméstica de Macapá foi uma instituição pública de ensino que funciona sob o regime de internato e de externato, voltada principalmente para as meninas e jovens órfãs ou em situação financeira vulnerável, criada no ainda Território Federal do Amapá. O período de sua existência compreendeu os anos de 1951 a 1964 e oferecia o Curso Doméstico no regime de internato, com duração de 3 anos, com diploma de formação em Artes Domésticas, além de cursos livres de bordado, corte e costura, tricô e brinquedos no regime de externato.

O programa curricular era composto, basicamente, em dois tipos: disciplinas ligadas às Prendas Domésticas e disciplinas vinculadas ao ensino formal. No entanto, a ênfase da formação era o desenvolvimento das habilidades relacionadas ao primeiro tipo, para que as alunas fossem capacitadas a cuidar de uma casa e de sua família ao casarem. Havia também uma preocupação com a formação religiosa das alunas. Por isso, o Governo do Território escolheu para o magistério e direção da escola uma Congregação católica feminina – o Instituto de Caridade das Santas Capitanio e Gerosa. Tentava-se assim criar um sistema de disposições a ser assimilado pelas alunas, ou seja, *habitus*, conforme a expressão empregada por Pierre Bourdieu (2013).

A Escola Doméstica fazia parte de um projeto governamental para a formação de uma nova sociedade no Amapá. Uma sociedade surgida da constituição de famílias cristãs, nas quais a mulher teria o papel fundamental de dar esteio moral ao marido trabalhador. O espaço de trabalho da mulher era o âmbito doméstico, com a possibilidade de que, nas horas vagas de sua missão de esposa e mãe, realizasse trabalhos de Prendas Domésticas como tricôs, crochês, bordados ou corte-costura por encomenda para complementar a renda familiar. O sustento da casa estaria a cargo do marido. Desenhava-se no Amapá um projeto de divisão sexual do trabalho, que restringia a possibilidade de atuação da mulher.

Paralelamente, outra área de atuação foi se descortinando às jovens formadas pela Escola Doméstica: a atuação para o magistério. Estimuladas pela premiação concedida pelo Governador Janary Nunes e seus predecessores, havia uma concorrência para a colocação de melhor aluna e ganhar um cargo de professora na rede de ensino pública. Com o passar do tempo, ampliou-se a possibilidade de que as formadas em Artes Domésticas pela escola

pudessem ingressar também no Curso Normal Regional ofertado pela Escola Normal de Macapá, que preparava regentes do Ensino Primário.

Dessa forma, as possibilidades de atuação feminina no Amapá ficaram restritas à dona de casa, artesãs por encomenda e professoras. Não estava no vislumbre do GTFA estender ou ampliar essa atuação. O trabalho da mulher passava necessariamente pelo âmbito doméstico, até mesmo quando se exercia o magistério, única atividade fora do lar que não era perniciososa às funções precípuas da mulher. Nesse projeto de sociedade delineado para o Amapá, as mulheres não foram chamadas a se manifestar no que desejavam para as suas vidas. Por isso, era um projeto autoritário e que teve a colaboração da Igreja Católica, tão interessada quanto o Estado na moralização dos costumes, na divisão sexual do trabalho e na formação de famílias cristãs.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Jane Soares de. A mulher e a educação: a paixão pelo possível. 1. reimp. São Paulo: UNESP, 1998.

AMAPÁ. Escola Doméstica. **Relatórios de Atividades da Escola Doméstica de Macapá**, 1951.

_____. _____. **Relatório de atividades da Escola Doméstica de Macapá**, 1962.

_____. _____. **Relatório de atividades da Escola Doméstica de Macapá**, 1963.

AMAPÁ. O Ponteiro: Boletim da Diocese de Macapá, mar./abr. 1996.

_____. Prelazia de Macapá. **Livro [do] Tombo**. Macapá, [197-]. v. 1.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. Introdução, organização e seleção de Sergio Miceli. 7. ed., 1ª. reimp. São Paulo: Perspectiva, 2013.

BRASIL. Decreto-lei n. 4.073, de 30 de janeiro de 1942. Dispõe sobre a Lei Orgânica do Ensino Industrial. **Diário Oficial da União**, Seção 1, publicado em 9 fev. 1942. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decllei/1940-1949/decreto-lei-4073-30-janeiro-1942-414503-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 28 ago. 2015.

_____. Decreto-lei n. 4.244, de 9 de abril de 1942. Dispõe sobre a Lei Orgânica do Ensino Secundário. **Diário Oficial da União**, Seção 1, publicado em 10 abr. 1942. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decllei/1940-1949/decreto-lei-4244-9-abril-1942-414155-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 28 ago. 2015.

_____. Decreto-Lei n. 8.529, de 2 de janeiro de 1946. Dispõe sobre a Lei Orgânica do Ensino Primário. **Diário Oficial da União**, Seção 1, publicado em 4 jan. 1946. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-8529-2-janeiro-1946-458442-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 28 ago. 2015.

BRASIL. Decreto-lei n. 8.530, de 2 de janeiro de 1946. Dispõe sobre a Lei Orgânica do Ensino Normal. **Diário Oficial da União**, Seção 1, publicado em 4 jan. 1946. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-8530-2-janeiro-1946-458443-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 28 ago. 2015.

_____. Decreto-lei n. 9.613, de 20 de agosto de 1946. Dispõe sobre a Lei Orgânica do Ensino Agrícola. **Diário Oficial da União**, Seção 1, publicado em 23 ago. 1946. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-9613-20-agosto-1946-453681-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 28 ago. 2015.

CARVALHO, João W S.; INÁCIO FILHO, Geraldo. História do Instituto de Educação do Território Federal do Amapá (IETA) – 1949 a 2005. *In*: FERREIRA, Norma-Iracema de B. (Org.). **Interfaces da educação**: história, política, saberes e práticas para além da fronteira amazônica. Macapá: EdUNIFAP; Rio de Janeiro: Autografia, 2015, p. 157-187.

GHEDDO, Piero. PIME: 150 anni di missione (1850-2000). Bologna: EMI, 2000.

LOBATO, Sidney da Silva. Educação na fronteira da modernização: a política educacional no Amapá. Belém: Paka-Tatu, 2009.

MANOEL, Ivan Aparecido. **Igreja e educação feminina (1859-1919)**: uma face do conservadorismo. São Paulo: UNESP, 1996.

OLIVEIRA, Tatiana Pantoja; FERREIRA, Norma-Iracema de B. Onde se reza e também se estuda: Estado, Igreja Católica e a escolarização no ex-Território Federal do Amapá (1948-1964). **Tempo Amazônico online**: revista eletrônica da ANPUH – Seção Amapá, v. 2, n. 2, jan./ jun. 2015, p. 74-93. Disponível em: <<http://www.ap.anpuh.org/tempoamazonico>>. Acesso em: 30 jun. 2015.

_____. Público/confessional, cultura escolar e formação de *habitus*: a Escola Doméstica de Macapá/AP (1951-1964). 2016. 203 f. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Desenvolvimento Social) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, Universidade Federal do Amapá. 2016.

PAZ, Adalberto. **Os mineiros da Floresta**: modernização, sociabilidade e a formação do caboclo-operário no início da mineração industrial amazônica. Belém: Paka-Tatu, 2014.

RODRIGUES, Joice Meire; MARQUES, Eliza Cristiane de R. O civilizar da mulher na história da educação. *In*: CONGRESSO DE LETRAS, 4., 2007, Caratinga. **Anais eletrônicos...** Caratinga: UNEC, 2007. 7 p. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.unec.edu.br/ojs/index.php/unec03/article/viewFile/310/386>>. Acesso em: 28 nov. 2015.

ROMELLI, Giovanni. **50 Anos educando para a vida: uma proposta diferente [1961-2011]**. Macapá: [s.n.], 2011.

SANTOS, Fernando Rodrigues dos. **História do Amapá: da autonomia territorial ao fim do janarismo (1943-1970)**. Belém: Grafinoorte, 2006.

SCHWARTZMAN, Simon. A política da Igreja e a educação: o sentido de um pacto. **Religião e Sociedade**, Rio de Janeiro, v. 13/1, mar. 1986. Disponível em: <https://ia600806.us.archive.org/24/items/APoliticaDaIgrejaEAEducacaoOSentidoDeUmPact o1986_859/1986alceu.pdf>. Acesso: 14 jul. 2015.

_____; BOMENYV, Helena Maria B.; COSTA, Vanda Maria R. **Tempos de Capanema**. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra; São Paulo: FVG, 2000.

SILVA, Maura Leal da. Integração, nacionalização e povoamento nas margens do território nacional. In: AMARAL, Alexandre *et al.* (Org.). **Do lado de cá: fragmentos de História do Amapá**. Belém: Açai, 2011. p. 95-113.